TEXTO E GRAMÁTICA: UMA INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA SISTÉMICO-FUNCIONAL[1]

Carlos A. M. Gouveia
(Universidade de Lisboa & Instituto de Linguística Teórica e Computacional, Portugal)

RESUMO

O objectivo deste texto é introduzir o leitor nos pressupostos teórico-metodológicos da linguística sistémico-funcional, procurando sistematizar alguns dos conceitos-chave e dos marcos de desenvolvimento que sustentam o corpo de teoria. A partir de considerações gerais sobre a natureza da língua e o papel da linguagem na vida humana, o artigo começa por explorar a noção de funções da linguagem, para a partir daí explicitar como se erige este modelo de descrição gramatical. Assim, e depois de estabelecida a relação entre linguagem e sistema linguístico, afirma-se a importância do uso linguístico na descrição e constrói-se o texto quer como unidade de uso quer como unidade de descrição, isto é, como instanciação do sistema e única forma de a este chegarmos, em termos de conhecimento descritivo. O artigo prossegue depois com a descrição das relações de probabilidade entre o texto e o contexto, dando conta das noções de registo e de género, para de seguida descrever as redes de escolhas da lexicogramática que realizam o potencial semântico do sistema. O artigo termina com uma sistematização dos tipos/níveis de análise e da metalinguagem a eles associada.

PALAVRAS-CHAVE: funções da linguagem, sistema, texto, instanciação, lexicogramática.

1. Linguagem, funções e sistema linguístico

A Linguística Sistémico-Funcional (doravante LSF), assim enunciada em atitude de marcada resistência face a uma certa hegemonia político-ideológica no panorama dos paradigmas de conhecimento científico nos estudos linguísticos, corresponde a uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana, concebida a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico. Em concreto, trata-se de uma teoria de descrição gramatical, uma construção teórico-descritiva coerente que fornece descrições plausíveis sobre o como e o porquê de a língua variar em função de e em relação com grupos de falantes e contextos de uso. Mas, para além de ser uma teoria de descrição gramatical, razão pela qual adquire muitas vezes a designação mais restrita de Gramática Sistémico-Funcional (GSF), ela fornece também instrumentos de descrição, uma técnica e uma metalinguagem que são úteis para a análise de textos, pelo que, adicionalmente, pode ser encarada como um modelo de análise textual. Em 1970, em artigo seminal da teoria de descrição gramatical que veio a desenvolver juntamente com colegas das Universidades de Sydney e de Macquarie, na Austrália, Michael Alexander Kirkwood Halliday (1925-) questionava-se sobre a natureza da língua, perguntando-se porque é ela como é:

> Por que é a língua como é? A natureza da língua está intimamente relacionada com as necessidades que lhe impomos, com as funções que deve servir. Nos casos mais concretos, estas funções são específicas de uma cultura; o uso da língua para organizar expedições de pesca nas Ilhas Trobriand, descrito há meio século atrás por Malinowski, não tem paralelo na nossa sociedade. Mas subjacentes a tais instâncias de uso da língua estão funções mais gerais que são comuns a todas as culturas. Nem todos participamos em expedições de pesca; porém, todos nós usamos a língua como um meio de organizarmos outras pessoas e determinarmos os seus comportamentos[2] (HALLIDAY, 1970, p.141).

Ao colocar-se a interrogação acima e ao responder-lhe afirmando, na continuação do excerto citado, que nem uma descrição puramente extrínseca das funções linguísticas, isto é, que não tenha em consideração as estruturas linguísticas, nem uma descrição puramente linguística, isto é, que não tenha em consideração as necessidades que os falantes impõem às línguas, conseguirão resultados descritivos válidos,

Halliday recusa as descrições meramente estruturais até então dominantes em linguística, elegendo o uso como marca fundamental de caracterização de uma língua e, consequentemente, da sua descrição. Nesse sentido, propõe que se olhe tanto para o sistema da língua como para as suas funções em simultâneo, a partir do princípio fundamental de que a forma particular assumida pelo sistema gramatical de uma língua está intimamente relacionada com as necessidades sociais e pessoais que a língua é chamada a servir (HALLIDAY, 1970, p. 142).

Com base nestes pressupostos, Halliday desenvolve a ideia de que, enquanto potencial de significado, a língua se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas e que tais redes correspondem a certas funções básicas da linguagem. Ou seja, na continuação de uma tradição que tem os nomes de Bronislaw Malinowski (1884-1942) e de Karl Bülher (1879-1963) como referentes exponenciais, Halliday defende que, acima dos sistemas linguísticos e dos falantes, uma realidade há, a linguagem, que cumpre certas funções, uma realidade que existe para potenciar possibilidades de uso e assim complementar outras capacidades humanas. Na sua essência, então, e seguindo tal lógica de raciocínio, a linguagem desempenha três funções fundamentais, para além da função comunicativa, equacionada como primordial e básica por um aparelho teórico que encara a troca e a negociação do significado como a razão da existência da linguagem. Concretizando, a linguagem serve para expressarmos conteúdo, para darmos conta da nossa experiência do mundo, seja este o real, exterior ao sujeito, seja este o da nossa própria consciência, interno a nós próprios; mas a linguagem serve também para estabelecermos e mantermos relações sociais uns com os outros, para desempenharmos papéis sociais, incluindo os comunicativos, como ouvinte e falante; e, por fim, a linguagem providencia-nos a possibilidade de estabelecermos relações entre partes de uma mesma instância de uso da fala, entre essas partes e a situação particular de uso da linguagem, tornando-as, entre outras possibilidades, situacionalmente relevantes.

Tais funções da linguagem recebem os nomes de função ideacional, de função interpessoal e de função textual, respectivamente, sendo que a primeira se organiza em dois níveis distintos ou subfunções: um nível ou subfunção experiencial, muitas vezes correlacionado directamente com a função que o comporta, construin-

do-se assim experiencial e ideacional como termos sinónimos, e um nível lógico. Se aceitarmos a correlação ideacional/experiencial, isto é, se aceitarmos que o que foi dito sobre a função ideacional corresponde ao que se pode dizer sobre a subfunção experiencial, a outra subfunção, a lógica, corresponde à organização lógica dos conteúdos, ao modo como estruturamos a nossa experiência do mundo. Se a primeira subfunção, a experiencial, nos dá a possibilidade de linguisticamente criarmos instantâneos fotográficos, como "O João comeu o bolo", "A Maria está triste", ou "O Manuel foi-se embora", a segunda permite-nos, com tais instantâneos, criar uma espécie de história, um filme, como se passássemos os instantâneos fotográficos a vinte e quatro imagens por segundo como se faz no cinema: "A Maria está triste, porque o João comeu o bolo" ou "Quando o Manuel se foi embora, a Maria estava triste", ou ainda "O Manuel foi-se embora, porque a Maria estava triste por o João ter comido o bolo". Quer na forma de instantâneos soltos (experiencial), quer na forma de conjugação desses instantâneos (lógica), a função ideacional não deixa de ser a função que serve a representação.

A partir de uma adaptação alargada da descrição proposta por Butt, Fahey, Feez, Spinks & Yallop (2000, p. 39), podemos caracterizar as funções da linguagem da seguinte forma:

> 1. A linguagem tem uma função representacional – usamo-la para codificar a nossa vivência e experiência do mundo; faculta-nos imagens da realidade (física ou mental). Ajuda-nos, portanto, a codificar significados da nossa experiência, isto é, a codificar significados ideacionais (FUNÇÃO IDEACIONAL).
>
> 2. A linguagem tem uma função interpessoal – usamo-la para codificar interacção e mostrarmos quão defensáveis achamos as nossas posições, os nossos enunciados. Ajuda-nos, portanto, a codificar significados de atitudes, interacção e relações sociais, isto é, significados interpessoais (FUNÇÃO INTERPESSOAL).
>
> 3. A linguagem tem uma função textual – usamo-la para organizarmos os nossos significados ideacionais e interpessoais num todo linear e coerente. Permite-nos, portanto, codificar significados de desenvolvimento textual e organização retórica, isto é, significados textuais (FUNÇÃO TEXTUAL).

Na literatura da LSF, estas funções da linguagem são referidas como metafunções, em razão de dois aspectos fundamentais: por um lado, por ser tido em consideração o seu carácter geral e o seu pendor abstracto, por oposição às funções que as unidades dos sistemas linguísticos particulares realizam em estruturas particulares, e, por outro, porque a funcionalidade é intrínseca à linguagem. Como afirma Halliday (2004: 31), "toda a arquitectura da linguagem se organiza em linhas funcionais. A linguagem é como é, por causa das funções em que se desenvolveu na espécie humana. O termo 'metafunção' foi adoptado para sugerir que função é uma componente nuclear na totalidade da teoria".[3]

A partir da consideração da existência de metafunções, é possível verificar, por meio de descrição, como as línguas naturais se estruturam, se organizam com base em tais princípios funcionais de caracterização da linguagem humana. Desta forma, as funções da linguagem, ou metafunções, dão lugar a componentes gramaticais, sendo que tais componentes conjugam redes de sistemas de escolhas de caracterização semântica. Assim, temos uma componente gramatical de valor ideacional, uma outra de valor interpessoal e uma outra, ainda, de valor textual. E se atendermos a que "Todo o texto – isto é, tudo o que é dito ou escrito – acontece em algum contexto de uso" e ainda a que "foram os usos linguísticos que, ao longo de milhares de gerações, deram forma ao sistema", facilmente concluímos, como Halliday (1994, p. xiii), que " A linguagem se desenvolveu para satisfazer necessidades humanas" e que "o modo como está organizada é funcional relativamente a essas necessidades".[4]

O que aqui se joga é a caracterização da língua e dos sistemas semióticos em geral, como sendo estruturados pelo uso, isto é, determinados pelas necessidades dos seres humanos em razão da sua vivência em comunidade. Este é um traço fundamental de caracterização da língua e da sua natureza, com implicações na constituição da teoria. Não se trata apenas de encararmos a língua como uma realidade fundamentalmente social, concretizada na materialidade discursiva dos textos e da interacção verbal, por oposição às teorias de descrição gramatical dominantes em linguística, que vêem a língua como uma realidade mental, mas também de reivindicar o princípio de que a gramática é modelada, constrangida pelo modo como vivemos as nossas vi-

das, como interagimos com os outros, como reflectimos e (re)criamos o sentido da nossa existência, e como ao mesmo tempo ela constrange esses aspectos e processos. Neste sentido, e sendo o modelo da LSF um modelo socialmente orientado, e não biologicamente orientado como acontece com a maior parte das gramáticas formais, estamos perante uma teoria de descrição gramatical que se preocupa fundamentalmente com o desenvolvimento dos sistemas gramaticais enquanto meios para as pessoas interagirem umas com as outras, como muito bem afirmam Martin, Matthiessen & Painter (1997, p. 1), de cujas formulações a caracterização atrás apresentada é devedora:

> A gramática funcional é uma forma de olhar para a gramática na perspectiva do modo como esta é usada. No campo da linguística, a principal alternativa à gramática funcional é a gramática formal, interessada nos modos como os nossos genes constrangem a forma das nossas gramáticas, e assim constrangem o que podemos e não podemos dizer. A gramática funcional não é geneticamente orientada para a nossa neurofisiologia dessa forma. Ao invés, centra-se no desenvolvimento dos sistemas gramaticais como meios de as pessoas interagirem umas com as outras – a gramática funcional vê a gramática como i) moldada pelo modo como vivemos e ii) desempenhando um papel significativo em moldar o modo como vivemos. Por outras palavras, a sua orientação é social, em vez de biológica.[5]

De orientação social, portanto, o quadro teórico-metodológico que tem vindo a ser descrito elege o texto como unidade fundamental, a partir da constatação facilmente verificável, de que este é a unidade de comunicação em qualquer evento discursivo. Ou seja, encarado, na sua dimensão comunicativa, como linguagem que é funcional, o texto é o resultado de toda e qualquer situação de interacção, isto é, é ele próprio a forma linguística de interacção social, uma unidade de uso linguístico. De extensão variável, falado ou escrito, individual ou colectivo, composto de apenas uma frase ou de várias (a extensão não é relevante), o texto é o que produzimos quando comunicamos. É ainda uma colecção harmoniosa de significados apropriados ao seu contexto, com um objectivo comunicativo.

Mas o texto é também, do ponto de vista da descrição gramatical, a actualização do potencial de significado da língua (HALLIDAY, 1978, p. 122)þ:

> O texto é a forma linguística de interacção social. É uma progressão contínua de significados, em combinação tanto simultânea como em

> sucessão. Os significados são as selecções feitas pelo falante das opções que constituem o potencial de significado; o texto é a actualização desse potencial de significado, o processo de escolha semântica.[6]

Duas clarificações se impõem neste momento. A primeira para reiterar o facto, anteriormente expresso, de estarmos a descrever um modelo que é de base semântica, pelo que a ideia da língua como potencial de significado não deve ser estranhada. A língua é um recurso para a produção de significados e, como tal, contém em si mesma um potencial de significação sobre o qual os falantes operam escolhas em função daquilo que querem comunicar nas situações particulares em que se encontram. O resultado dessas escolhas é o texto, que surge assim como uma instanciação do sistema, já que este, o sistema, é instanciado sob a forma de textos (HALLIDAY, 2004, p. 26). A língua enquanto sistema e a língua enquanto conjunto de textos não são dois fenómenos separados, mas apenas o mesmo fenómeno visto de duas perspectivas diferentes, a da potencialidade e a da instanciação: sistema e texto definem dois pólos de uma escala gradativa de instanciação, em que um é a potencialidade e o outro a instância particular dessa potencialidade.

A outra clarificação necessária é relativa ao modo como podemos olhar para o texto: como artefacto ou como espécime. Na perspectiva adoptada na clarificação anterior, o texto é um espécime, ou seja, é uma instanciação do sistema, pelo que as suas descrição e análise servem o propósito de sabermos coisas sobre o sistema, a única forma de a este chegarmos, em termos de conhecimento descritivo. O texto é assim, nesta perspectiva, instrumental para o conhecimento do sistema; é uma janela para o sistema. Na outra perspectiva, a do texto como artefacto, olhamos para o texto como um objecto de direito próprio e o nosso interesse nele está em saber como significa o que significa e porquê (HALLIDAY, 2004, p. 3). Trata-se de duas perspectivas de observação do texto que lhe atribuem dois estatutos diferentes, em função, por exemplo, do interesse da investigação, mas também de cada uma das duas perspectivas atrás enunciadas como características das práticas de investigação e análise em LSF. Efectivamente, podemos dizer que o texto como espécime constitui uma unidade de análise e de descrição na LSF enquanto teoria de descrição gramatical, ao passo que o texto como artefacto é a unidade de análise e de descrição na LSF enquanto modelo de análise textual.

Da caracterização do texto como espécime, uma janela para o sistema, decorre naturalmente a constatação de que é com textos que a LSF trabalha em termos de descrição e análise, procurando entender o que os textos nos revelam sobre o sistema. Embora correcta, tal constatação corre o risco de não ser totalmente fiel aos ensinamentos da teoria, considerando que o centro nevrálgico da descrição se situa não no texto mas na oração. De facto, enquanto instanciação do sistema, o texto é a nossa unidade de descrição, mas é a oração que é a unidade principal de processamento da gramática[7], já que tudo se processa à volta da oração: acima de, abaixo de, para além de. A centralidade da oração e o facto de o texto, enquanto forma linguística de interacção social, ser a unidade de descrição que nos dá o acesso ao sistema fazem com que esta abordagem descritiva seja feita de cima para baixo, isto é, da unidade maior para a unidade menor. Trata-se, portanto, de uma abordagem topo-base (*top-down*), ao contrário do que acontece com a generalidade das abordagens próprias dos modelos formais de descrição gramatical, que são abordagens base-topo (*bottom-up*).

A oração é também a unidade principal de processamento da lexicogramática, porque é nela que os significados são mapeados numa estrutura gramatical integrada (HALLIDAY, 2004, p. 10). Nesse sentido, a oração é simultaneamente uma representação, uma troca e uma mensagem, porquanto ela é, enquanto estrutura gramatical, o resultado do mapeamento simultâneo de, respectivamente, significados ideacionais, significados interpessoais e significados textuais. Além disso, a oração é também o pólo motivador das realizações de constituência do sistema. Do ponto de vista da sua constituência, a lexicogramática realiza-se em função de uma escala de níveis que, na configuração topo-base atrás referida, começa na oração, passa pelo sintagma/grupo, passa pela palavra e termina no morfema. No diagrama 1, é possível observar as relações de constituência na escala de níveis, tendo por referência as realizações do sistema, a partir do texto. No mesmo diagrama são ainda observáveis a centralidade da oração e a caracterização da descrição em movimento do topo (o texto) para a base (o morfema).
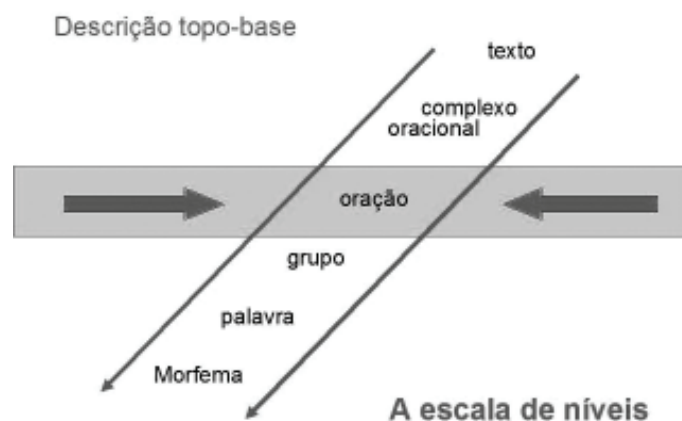
Diagrama 1 – Representação da escala de níveis e do movimento descritivo na gramática

No quadro das teorias, disciplinas, metodologias e correntes que deram forma à linguística moderna, pós-saussureana, a LSF encontra as suas raízes no funcionalismo britânico, primeiro na sua vertente antropológica, com Malinowski, depois na sua vertente linguística, com J. R. Firth (1890-1960), M. A. K. Halliday, John Sinclair (1933-2007) e a escola de análise do discurso britânica, por exemplo. Ambas as vertentes, a antropológica e a linguística, são devedoras de uma origem comum na Europa Oriental, onde o formalismo russo foi sempre mais concreto e mais sociologicamente motivado para questões contextuais do que os movimentos que de alguma forma lhe corresponderam na Europa Ocidental, e onde o Círculo Linguístico de Praga teve um papel fundamental na complementação de uma abordagem estrutural do fenómeno linguístico (e literário) com uma abordagem funcional. Aluno de Firth, em Londres, e conhecedor dos trabalhos do Círculo Linguístico de Praga, Halliday desenvolve posteriormente muitos aspectos tratados por aquele seu professor, nomeadamente, como o próprio reconhece (HALLIDAY & HASAN, 2006, p. 26), a dimensão paradigmática da língua: "Firth assumiu seriamente o projecto saussureano de a língua ter uma organização sintagmática e paradigmática. Eu herdei essa noção de Firth".[8]

A questão da dimensão paradigmática da língua é fundamental em LSF. De facto, tal como podemos distinguir a LSF de outras correntes e teorias em razão do que cada uma delas defende como sendo a natureza da língua, uma realidade social em LSF, uma realidade mental em outras teorias e modelos, também podemos distinguir a LSF pelo facto de ser uma teoria de descrição gramatical de base paradigmática, ao contrário do que é tendência geral em outras teorias de descrição gramatical, que são fundamentalmente de base sintagmática. Ser de base sintagmática ou de base paradigmática equivale a dizer ser de base estrutural ou de base sistémica. Como diz Halliday (2004, p. 22), "A estrutura é a ordenação sintagmática na língua: padrões, ou regularidades, no que *vai junto com* o quê. O sistema, em contraste, é a ordenação no outro eixo: padrões no que *poderia ir em vez de* o quê. Esta é a ordenação paradigmática na língua (...). Qualquer conjunto de alternativas, juntamente com as suas condições de entrada, constitui um sistema, neste sentido técnico".[1]

Em razão desta visão, podemos dizer, com Halliday (1978), que o sistema lexicogramatical é o sistema daquilo que o falante pode dizer, o sistema semântico é o sistema daquilo que o falante pode significar e o sistema comportamental é o sistema daquilo que o falante pode fazer. Em todos estes casos, estamos perante potenciais, sendo que a sua concretização em fraseados, significados ou comportamentos resulta de escolhas efectuadas pelo falante, pelo que fraseados, significados ou comportamentos só podem ser descritos e entendidos na relação com a rede de escolhas paradigmáticas que constituem esses potenciais. Atente-se nas seguintes palavras de Halliday (1978, p. 52):

> Como podemos tentar compreender a língua em uso? Olhando para o que o falante diz na relação com o que poderia ter dito, mas não disse, como uma actualização na envolvência de um potencial. Daí a envolvência ser definida paradigmaticamente: usar a língua significa fazer escolhas na envolvência de outras escolhas.[2]

Potencial de significado, escolha, ordem paradigmática e sistema são todos termos relacionados de uma mesma equação, cujo resultado final é o reconhecimento da língua como um sistema semiótico complexo com diferentes níveis ou estratos. E neste particular não estamos tão longe, mais uma vez, dos ensinamentos de Saussure, como estamos dos de outros linguistas do século XX, já que na sua defesa do primado da semiologia relativamente à linguística, Saussure (1916 [1978, p. 44,

45-46) colocava a questão em termos da natureza social dos signos e da importância de se estudarem na relação uns com os outros:

> (...) se agora, pela primeira vez, pudemos conceder à linguística um lugar entre as ciências, é porque a ligámos à semiologia. (...) Para nós o problema linguístico é acima de tudo semiológico, e o desenvolvimento da nossa teoria vai sempre buscar a sua significação a este facto importante. Se quisermos descobrir a verdadeira natureza da língua, temos de a encarar no que ela tem de comum com todos os outros sistemas [semiológicos] do mesmo tipo; e alguns factores linguísticos que nos parecem muito importantes à primeira vista (por exemplo, o mecanismo do aparelho fonador) só devem ser considerados em segundo plano, se servirem apenas para distinguir a língua dos outros sistemas.

Na caracterização deste sistema semiótico, a LSF faz uso do conceito de estratificação para dar conta dos níveis organizacionais, ou estratos, em que se jogam as escolhas linguísticas dos falantes. Basicamente, recusa-se a existência de um estrato morfológico, um estrato lexical, um estrato sintáctico, etc., considerando-se ao invés um estrato de conteúdo e um estrato de expressão, cada um com a sua própria estratificação[11]. Trata-se, no fundo, de uma arrumação pouco tradicional dos níveis, que ganha tanto mais em economia e clareza quanto mais formos capazes de nos abstrairmos daquilo que, neste aspecto em particular, tem sido a tradição descritiva em linguística.

Cada um dos estratos da língua é *realizado* num outro estrato, no sentido em que o processo de ligação de um nível de organização (um estrato) com outro é designado por *realização* (HALLIDAY, 2004, p. 26; BUTT, FAHEY, FEEZ, SPINKS & YALLOP, 2000, p. 6). O diagrama 2 dá conta da ordenação (estratificação) dos níveis de organização em função da sua realização, isto é, do elo que cada um estabelece com outro nível de organização. Na prática, a representação pretende dar conta de qualquer processo de comunicação, com o falante num ambiente sócio-situacional particular a operar semanticamente no primeiro estrato (do contexto para o significado, portanto), que se realiza na lexicogramática (do significado para o fraseado, portanto), que, por sua vez, se realiza no estrato da expressão (do fraseado para o som, o grafema ou o gesto, portanto).

Diagrama 2 – Estratos linguísticos (Adaptado de Butt, Fahey, Feez, Spinks & Yallop 2000: 7)

2. Contexto(s), registo e género

A ordenação paradigmática na língua e o reconhecimento da sua importância como seu elemento caracterizador não foram as únicas vertentes fundacionais que Halliday reconhecidamente herdou de Firth. Ao trabalho de Halliday reconhece-se pelo menos algum militantismo, sobretudo em razão da sua resistência, contra-corrente, à revolução chomskyana de 1957[12], mas não deixa de ser intrigante, embora revelador de uma certa hegemonia nos modos de fazer linguística e de escrever a sua história, como Firth é uma figura esquecida na linguística do século XX. É, de facto, intrigante como algumas das ideias de Firth, já velhas de 1937, não tiveram ressonância imediata e apenas tenham encontrado eco, não reconhecido, em teorias linguísticas desenvolvidas só a partir do anos 60, para além da LSF. Veja-se, por exemplo, a seguinte afirmação de Firth (1937 [1966, p. 110, 113]) e o modo como nela estão patentes questões que estão hoje na base dos ensinamentos da LSF, mas também da pragmática, da análise da conversação e da análise do discurso:

> Mesmo no sistema linguístico em si próprio, o que é dito por um falante numa conversa apreende o que outro falante disse antes e dirá depois. (...) a conversação de grupos sociais organizados em função das rotinas da vida quotidiana da comunidade é muito especificamente determinada por condições sociais e pela cultura dos grupos.[13]

O reconhecimento hallidayiano de que os ensinamentos de Firth tiveram carácter fundacional na sua teoria manifesta-se também relativamente à noção de contexto de situação, que Firth (1937 [1966, p. 110]) caracterizou como um "processo padronizado concebido como

uma actividade complexa com relações internas entre os seus vários factores". Mas antes disso, no mesmo texto de 1937 que estou a citar, precisamente intitulado "Contexto de Situação" ("Context of Situation"), já Firth havia dado conta, a partir de um exemplo concreto envolvendo duas pessoas a servirem-se de uma bebida, de que o significado é contextualmente motivado:

> As pessoas, o mobiliário relevante, garrafas e copos, o 'cenário', o comportamento específico dos companheiros e as palavras são todos termos componentes naquilo que pode ser chamado de contexto de situação. O significado é mais bem entendido desta forma como um complexo de relações de vários tipos entre os termos componentes de um contexto de situação[14].

A noção de contexto, quer na sua vertente situacional quer na sua vertente cultural, é extremamente importante na LSF, no sentido em que configura, no quadro de estratificação dos níveis de organização do sistema, a realização de níveis extralinguísticos em níveis linguísticos. A sua caracterização é fortemente devedora da definição de Firth acima transcrita e ajuda a fazer sentido da variação funcional dos textos. Concretizando: do ponto de vista da LSF, todo o texto ocorre em dois contextos, um dentro do outro. O primeiro nível contextual é definido pelo contexto de situação, o segundo pelo contexto de cultura. Trata-se de dois níveis que, no plano de estratificação do sistema anteriormente apresentado no diagrama 2, correspondem a níveis extralinguísticos, sendo que a sua relação com os níveis linguísticos pode ser representada como no diagrama 3, em que o estrato do contexto se *realiza* no estrato do conteúdo.

Como já vimos, os fraseados que temos disponíveis e que constituem a lexicogramática são determinados pelos usos a que os sujeitamos, o que quer dizer que os significados que queremos "fazer" ou transmitir ajudam a configurar os recursos linguísticos. Mas os significados que podemos querer fazer são fortemente dependentes de aspectos contextuais, para além de que uma parte importante quer da nossa capacidade quer da nossa habilidade linguísticas é o conhecimento que temos de como as coisas são típica ou obrigatoriamente ditas em certos contextos. Ou seja, a relação entre a língua e os seus contextos de uso, ou dito de outra forma, a relação entre um texto e o seu contexto, é de tal forma motivada que, a partir de um contexto, será possível prever os significados que serão activados e as características linguísticas po-

tenciais mais previsíveis para as codificar em texto. Da mesma forma, dado um texto, será possível deduzir o contexto em que o mesmo foi produzido, porquanto as características linguísticas seleccionadas num texto codificarão dimensões contextuais, tanto do contexto de produção imediato, situacional – quem diz o quê a quem, por exemplo –, como do contexto mais geral, cultural – que tarefa está o texto a desempenhar na cultura (cf. EGGINS & MARTIN, 1997, p. 236-237).
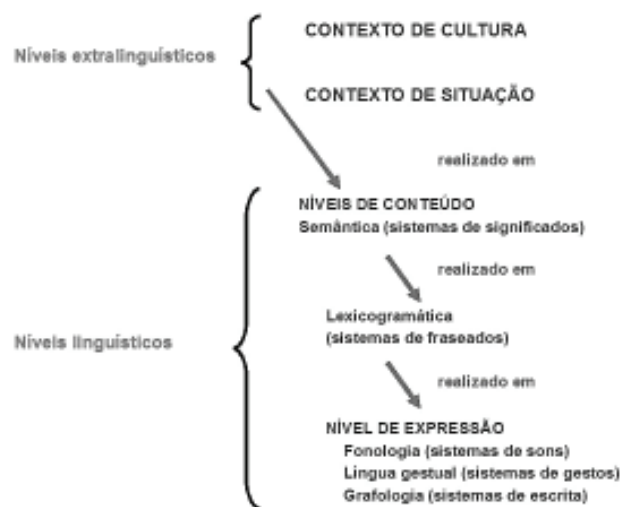
Diagrama 3 – Estratos linguísticos e extralinguísticos
(Adaptado de Butt, Fahey, Feez, Spinks & Yallop 2000, p. 7)þ

Como se depreende do exposto, são muitos os factores contextuais (micro e macro) que determinam os significados. Embora não pretenda dar conta de todos eles, a LSF contempla alguns, ao introduzir as noções de registo e de género, relacionando-as com os dois níveis contextuais referidos (situacional e cultural). Como afirmam Eggins & Martin (1997, p. 251), o registo e o género dos textos correspondem a dois planos de realização do texto:

> Os termos *registo* (contexto de situação) e *género* (contexto de cultura) identificam as duas camadas do contexto que têm um impacto no texto, e são, portanto, as duas principais dimensões de variação entre textos. Na abordagem aqui enunciada, as variações de registo e de género são dois planos realizacionais numa visão semiótica do texto.

> Tal visão é inerentemente dialógica e interactiva: o texto é tanto a realização de tipos de contextos quanto a demonstração do que é relevante para os membros culturais em determinadas situações.[15]

Concluindo, as conceptualizações de género e de registo no domínio da LFS permitem-nos, por um lado, lidar analiticamente com a variação funcional dos textos, com o modo como os textos são diferentes e com as motivações para tais diferenças; por outro, trabalhar com a relação probabilista entre o texto e o seu contexto, configuradora tanto de uma previsão textual, a partir do contexto, como de uma dedução contextual, a partir do texto.

O registo, que, como vimos, está intimamente ligado a variáveis do contexto situacional, pode ser definido como variação de acordo com o uso, ou seja, é uma noção que dá conta do facto de usarmos tipicamente certas e reconhecíveis configurações de recursos linguísticos, em certos contextos. Existem três dimensões principais de variação que caracterizam qualquer registo: o campo (*field*), as relações (*tenor*) e o modo (*mode*). O facto de existirem três dimensões de registo não é acidental. Cada uma delas corresponde a e remete para cada uma das três metafunções, como afirmam Martin & Rothery (1993, p. 144):

> Na linguística sistémico-funcional, a organização do contexto correlaciona-se com a organização da gramática. Tal quer dizer que existe uma associação consistente entre a variável de registo campo e o significado ideacional, entre a variável relações e o significado interpessoal e entre a variável modo e o significado textual.[16]

De facto, como se esquematiza no quadro 1, o campo, enquanto variável relativa à codificação da experiência, àquilo de que se fala, ao assunto do texto, determina grandemente os significados ideacionais que são expressos; a variável relações, codificadora de aspectos linguísticos relativos às pessoas envolvidas na comunicação e à relação existente entre elas, determina grandemente os significados interpessoais; e o modo, enquanto variável configuradora do modo como a linguagem funciona na interacção verbal particular, isto é, se é escrita ou falada, se é argumentativa, descritiva, etc., determina grandemente os significados textuais.

Descrição	Variáveis de registo	Metafunção
A acção social, o assunto sobre que se fala, a natureza da acção	Campo	Ideacional
A estrutura de papéis, as pessoas e suas relações na situação de comunicação	Relações	Interpessoal
A organização simbólica, o canal (fala ou escrita) e o modo retórico da linguagem	Modo	Textual

Quadro 1 – As variáveis de registo e a sua relação com as metafunções

No quadro do modelo descritivo que tem vindo a ser explicitado, o género pode ser equacionado como registo mais propósito, isto é, como a relação entre o sistema linguístico e o contexto, acrescida de um objectivo social e comunicativo. Toda a troca comunicativa ocorre num dado contexto situacional e em função de uma certa identidade genológica, culturalmente marcada. O género inclui, portanto, a ideia mais geral de que os interlocutores fazem coisas por meio da linguagem e de que organizam o evento linguístico, por forma a atingirem objectivos culturalmente apropriados. Resumindo: o género diz respeito ao modo como as coisas são feitas, quando a linguagem é usada para alcançá-las. Neste sentido, existem tantos géneros quantos os tipos de actividades sociais que reconhecemos na nossa cultura: biografias, tragédias, sonetos (géneros literários), manuais, artigos de jornais, receitas de culinária (géneros populares escritos), palestras, relatórios, ensaios, seminários, testes (géneros educacionais), etc.

Quer isto dizer que os géneros são modos diferentes de usar a língua para realizar tarefas culturalmente estabelecidas também diferentes, como afirmam Eggins & Martin (1997, p. 236):

> (...) os linguistas definem os géneros funcionalmente em termos dos seus objectivos sociais. Assim, géneros diferentes são modos diferentes de usar a língua para cumprir diferentes tarefas culturalmente estabelecidas, e textos de diferentes géneros são textos que cumprem objectivos diferentes na cultura. Assim, o reflexo mais significativo nas diferenças de objectivo são as etapas estruturais pelas quais se desenvolve um texto. A teoria de género sugere que textos que realizam diferentes actividades na cultura se desenvolvem de modos diferentes, organizando-se em diferentes etapas ou estádios.[17]

Considerando o exposto, a relação do analista com os textos, no quadro da LSF, pode ser encarada em função de uma matriz de análise linguística vertical que equaciona a análise a partir do género e do potencial de estrutura genológica, passando pelo registo, pela semântica do discurso, pela lexicogramática e terminando na expressão, assim seguindo os níveis de estratificação (extra e intra-linguísticos). Mas tal relação pode ser também encarada em função de uma matriz de análise linguística horizontal centrada no registo e equacionada em função de planos simultâneos de análise: o campo do discurso e os significados experienciais, as relações do discurso e os significados interpessoais e o modo do discurso e os significados textuais.

3. Lexicogramática e sistemas de escolhas

Quer numa matriz de análise quer na outra, o que o analista tem como objecto são sempre textos e estes, sendo instanciações contextuais do sistema, podem, em qualquer circunstância, ser encarados em função das seguintes perguntas ou coordenadas de análise (cf. EGGINS & MARTIN, 1997, p. 238):

> 1. que está a acontecer, qual a natureza da acção social que está a ter lugar (que área de actividade humana), em que a língua se apresenta como uma componente essencial? Em que é que os participantes estão envolvidos em matéria de representação e da sua constituição como sujeitos?
>
> 2. Quem toma parte na interacção, qual a natureza desses intervenientes, quais os seus estatutos e os seus papéis? Que tipo de papéis relacionais se estabelecem entre eles, incluindo relações permanentes e temporárias de qualquer tipo, tanto os papéis discursivos que assumem no diálogo como em toda a rede de relações sociais em que estão envolvidos?
>
> 3. Que papel está a língua a desempenhar e que esperam os intervenientes que a língua faça por eles naquela situação? Como está organizado simbolicamente o texto, qual o estatuto que tem e qual a sua função no contexto? O texto é falado, escrito, uma combinação de ambos, multimodal? Qual o modo retórico do texto, se pensarmos em categorias como persuasivo, expositivo, didáctico e outras?

Equacionadas do ponto de vista do texto (matriz de análise linguística horizontal), estas coordenadas correspondem, cada uma

delas, às três variáveis de registo, respectivamente, campo, relações e modo. Examinadas do ponto de vista do sistema (matriz de análise linguística vertical), estas mesmas coordenadas correspondem à potencialidade associada à expressão de três tipos de significados em simultâneo, respectivamente, significados ideacionais (experienciais e lógicos), significados interpessoais e significados textuais, tendo por base a lexicogramática. Assim, de um ponto de vista estritamente gramatical, como são trabalhados os significados, para que possam ser instanciados em textos, objectos materiais, concretos?

Como já foi referido, as funções da linguagem, ou metafunções, dão lugar a componentes gramaticais, sendo que tais componentes conjugam redes de sistemas de escolhas de caracterização semântica. Ora, estes sistemas de escolhas que se conjugam em cada uma dessas componentes, sendo de natureza lexicogramatical, podem ser descritos *per se* e o modo como podem ser descritos depende do grau de refinamento da análise ou da descrição que se estiver a efectuar. No âmbito desta descrição, necessariamente breve, dar-se-á apenas conta dos aspectos gerais de caracterização dos sistemas da transitividade (componente ideacional), do modo oracional (componente interpessoal) e da tematização (componente textual).[18]

O sistema da transitividade é enquadrado pela metafunção ideacional e constitui-se como o recurso lexicogramatical geral para representar acções e actividades, construídas na gramática como configurações de processos, dos participantes neles envolvidos e das circunstâncias que os enquadram e constrangem. Em termos gerais, a transitividade constitui-se como o recurso linguístico que dá conta de *quem fez o quê a quem em que circunstâncias*. Existem múltiplos tipos de acções e actividades que se desenrolam e acontecem no mundo, pelo que também existem múltiplas formas de as representar linguisticamente. As gramáticas das línguas naturais, porém, organizam essas múltiplas formas num número reduzido de tipos distintos. Esses tipos de processos (representações linguísticas de actividades, acções e estados) têm, cada um, as suas características particulares e correspondem a seis possibilidades de realização, seis escolhas, assim designadas: processos materiais, processos mentais, processos relacionais, processos verbais, processos comportamentais e processos existenciais. Cada um destes tipos de processos encerra em si a possibilidade de ser representado linguisticamente sob múltiplas formas, mas a sua representação

enquanto processo de um tipo particular implica a participação de certas entidades, os chamados participantes, cuja especificidade como tal decorre, por seu turno, do tipo de processo em que participam. Assim, diferentes tipos de processos são executados por (ou desenrolam-se em função de) diferentes tipos de participantes, ou seja, em razão de diferentes redes de escolhas.

Os processos materiais representam acções levadas a cabo por um participante designado Actor, como "O João" em "O João comeu o bolo". São processos de *fazer*. Expressam a ideia de que uma entidade (normalmente o participante Actor) faz algo, podendo esse algo ser feito a outra entidade, normalmente o participante Meta, que, no exemplo dado, seria "o bolo". Os processos materiais são, prototipicamente, representações de acções concretas, físicas, isto é, dão conta de mudanças no mundo material que podem ser percepcionadas, comprovadas, vistas. Porém, as actividades concretas observadas no mundo material tornaram-se referentes, modelos, para a construção da nossa experiência de mudança relativamente a fenómenos abstractos. Quer isto dizer que algumas representações de processos materiais são representações de processos de *fazer* de teor abstracto, como, por exemplo, na oração "A inflação subiu no primeiro trimestre deste ano".

Os processos mentais são processos de *sentir*, *pensar*, *ver*, ou seja, são processos que reflectem actividades não no mundo exterior, como os materiais, mas no mundo da mente. Os processos mentais podem ser de percepção (ver, ouvir, etc.), de cognição (compreender, conhecer, etc.) e de afeição (gostar, recear, amar, etc). Estes processos têm sempre um participante consciente – humano, portanto –, que é quem experiencia, percepciona, conhece, sente, etc. – o Experienciador –, e normalmente têm um segundo participante, aquilo que é percepcionado, experimentado, conhecido, sentido, etc. – o participante Fenómeno. Entidades destituídas de consciência podem preencher o papel de Experienciador, mas nesses casos são metaforicamente construídas ou personificadas como seres conscientes (por exemplo, "o cão do meu vizinho" e "o meu computador" em, respectivamente, "O cão do meu vizinho odeia-me" ou "O meu computador não gosta de falhas de electricidade").

Os processos relacionais expressam a noção de ser ou de estar em, como acontece nas orações "O João é simpático", "A Maria é professora", "A biblioteca fica atrás da reitoria". Esta noção de *ser/estar*

com que são identificados não deve ser confundida com a noção de existir, para que não sejam confundidos com os processos existenciais, que registam que algo existe ou aconteceu, como em "Há uma biblioteca atrás da reitoria". Nos processos relacionais, a noção de *ser/estar* envolve duas partes, isto é, de algo que se diz que é outra coisa qualquer, assim se relacionando duas entidades separadas; nos processos existenciais, diferentemente, predica-se a existência de alguma coisa. Os participantes dos processos relacionais, que podem ser distinguidos em processos relacionais atributivos e processos relacionais identificativos, são o Portador e o Atributo, que estabelecem entre si uma relação atributiva ("O João é simpático"), e o Identificado e o Identificador, que estabelecem entre si uma relação de identificação ("O João é o mais simpático dos meus primos"); no caso dos processos existenciais, temos apenas um participante – o Existente –, aquele cuja existência é predicada (ou representada, considerando que estamos a falar da língua como representação), como em "Nesta parede há muitos quadros".

Os processos verbais são processos de *dizer* e de *comunicar* e incluem não apenas verbos de enunciação (pedir, dizer, mandar, perguntar, afirmar, etc.), mas também processos semióticos que não são necessariamente verbais, como *mostrar* ou *indicar*, por exemplo. O participante que comunica é o Dizente e é tipicamente humano, embora o mesmo papel possa ser desempenhado por uma entidade simbólica metaforicamente construída ou personificada, como em "O Relatório diz que estamos falidos", por exemplo. O que é comunicado pode ter forma directa ou indirecta, constituindo-se em oração separada, uma oração projectada, que não é parte constituinte do processo verbal, mas de um complexo oracional de projecção[19], estando nós, então, na presença não de um mas de dois processos, já que se trata de duas orações, como em "O João disse-me que a Maria o deixou". Mas para além de se poder constituir como uma oração projectada, o conteúdo do dizer pode ser construído como um participante do processo, a chamada Verbiagem, que pode ser uma etiqueta, um rótulo, um nome para o que é dito ("O João contou-me uma história"), ou o conteúdo do que é dito ("O João contou-me a verdade dos factos"). Em alguns processos verbais, podem também participar um Receptor e um Alvo. O Receptor representa o destinatário de uma troca verbal, o seu beneficiário, funcionando assim como um Beneficiário verbal ("O João contou-me uma história"); o Alvo

é a entidade que é "atingida" pelo processo verbal, não o seu destinatário. O Alvo distingue-se do Receptor não só porque ambos podem estar presentes no mesmo processo, como em "A Maria denunciou o João à polícia" (Receptor: "a polícia"; Alvo: "o João"), mas também porque não necessita de ser humano, como em "O relatório condena a gestão seguida pela administração".

Por fim, temos os processos comportamentais, que estão relacionados com processos fisiológicos humanos, isto é, com processos que manifestam exteriormente aspectos da vida interior do falante (olhar, por oposição a ver, escutar, por oposição a ouvir, falar, rir, etc.). A sua existência na gramática, na sua relação com os processos mentais, permite distinguir entre processos que são puramente mentais e processos que são reflexos físicos exteriores de processos mentais, assim se aproximando, na sua caracterização, dos processos materiais. Constroem, portanto, comportamentos humanos, incluindo o comportamento verbal e mental, como uma versão activa de processos mentais e verbais, ou seja, sentir e dizer são aqui construídos como actividades. Tipicamente, os processos comportamentais têm apenas um participante, o Comportante, que tem consciência humana.

Todos estes processos e participantes, enquanto configurações representacionais do tipo de *alguém fez algo a alguém* ou *quem fez o quê a quem?*, ocorrem em circunstâncias particulares ou associados a, motivados por, circunstâncias particulares, como no exemplo "O João comeu o bolo ontem à noite/ ao acordar/ devagarinho/ com uma luva/ com prazer, etc.", em que as unidades "ontem à noite", "ao acordar", "devagarinho", "com uma luva", "com prazer" são elementos gramaticais com valor circunstancial. Estes elementos circunstanciais, designados circunstâncias, cobrem uma grande variedade de significados, sendo, portanto, de diferentes tipos; ocorrem livremente em todos os tipos de processos e basicamente sempre com o mesmo significado onde quer que ocorram. As circunstâncias são expressas por uma grande variedade de grupos preposicionais, simples e complexos, e por advérbios, mas sobretudo pelos primeiros, já que os segundos estão praticamente confinados a um tipo de circunstância particular, as circunstâncias de modo.

Embora a componente ideacional, mesmo se a considerarmos apenas na sua dimensão experiencial, não se esgote nesta breve apresentação do sistema da transitividade (algo mais haveria a dizer, por

exemplo, sobre ergatividade), passo de imediato a caracterizar o segundo dos sistemas que é objecto de descrição sumária nesta breve introdução à LSF: o sistema do modo oracional, enquanto subsistema da componente interpessoal da gramática.

Para além de funcionar como representação, se encarada do ponto de vista ideacional, a oração está também organizada como um evento interactivo, uma troca, envolvendo o falante e o(s) seu(s) interlocutor(es). Ao falar, o falante adopta um papel discursivo particular e dessa forma atribui ao seu interlocutor o papel complementar, esperando que ele o assuma. Por exemplo, ao fazer uma pergunta, o falante assume o papel de quem procura/busca informação e requer para o seu interlocutor o papel de fornecedor da informação pretendida. O significado interpessoal entre o falante e o seu interlocutor é expresso por escolhas a partir de diferentes subsistemas, os quais incluem, por exemplo, a modalidade, a entoação, os itens lexicais, etc.

A partir de uma observação distanciada e de conjunto, podemos dizer que *dar* e *pedir são* os dois tipos de papéis discursivos que categorizam a generalidade dos papéis mais particulares que poderemos normalmente reconhecer no nosso quotidiano: o falante ou dá algo ao interlocutor (informação, por exemplo), ou pede-lhe algo (que abra a janela, que lhe diga as horas, que lhe responda sim ou não, etc.). Mas as duas realidades, dar e pedir, não são categorias estanques e estão interligadas, isto é, estão relacionadas uma com a outra, porquanto um acto de discurso é naturalmente dialógico, uma negociação, uma relação biunívoca; enfim, é naturalmente interacção, uma troca em que dar implica receber e pedir implica dar, em resposta. Um acto de discurso não é unilateral, requer retroacção, da mesma forma que a consequência, em qualquer sistema estável, actua sobre a causa que a determina.

Para além desta distinção entre dar e pedir, está uma outra distinção, também fundamental, relacionada com a natureza daquilo que é trocado, que pode ser uma de duas realidades: ou bens & serviços ou informação. Basicamente, a distinção entre uma e a outra coisa é uma distinção entre trocas não-verbais (em que a linguagem é o meio, mas não o fim da troca), e trocas verbais (em que a linguagem é o meio e o fim da troca). A conjugação destas duas variáveis, dar e pedir, por um lado, e bens & serviços e informação, por outro, define as quatro funções discursivas primárias que podemos encontrar nas gramáticas das línguas naturais e de que fazemos uso no nosso quotidiano: trata-se

das funções de oferta, de ordem, de afirmação e de pergunta, que surgem representadas no quadro 2 (a partir de HALLIDAY, 1994; 2004):

↓ o que é trocado → papel na troca	**Bens & serviços**	**Informação**
Dar	OFERTA *Queres um bolo?*	AFIRMAÇÃO *o João comeu o bolo*
Pedir	ORDEM *Dá-me um bolo!*	PERGUNTA *Quem comeu o bolo?*

Quadro 2 – Funções discursivas: dar e pedir informação ou bens & serviços

Do ponto de vista interpessoal, a oração toma diferentes formas, ou, dito de outro modo, adquire diferentes funcionalidades semânticas, consoante a natureza daquilo que está a ser trocado. Assim, quando a linguagem é usada para troca de informação, ou seja, quando a oração se apresenta fraseada como afirmação ou como pergunta, ela toma a forma de uma proposição; quando a linguagem é usada para troca de bens & serviços, ou seja, quando a oração se apresenta configurada gramaticalmente como oferta ou como ordem, ela toma a forma de uma proposta. Uma proposição é algo que pode ser refutado – algo que pode ser afirmado ou negado, posto em dúvida, contrariado, contraditado, aceitado, rejeitado, etc. – mas uma proposta não pode ser afirmada ou negada. Sistematizando: a função semântica de uma oração na troca de informação é uma proposição; a função semântica de uma oração na troca de bens & serviços é uma proposta.[20]

As quatro funções discursivas atrás referidas – oferta, ordem, afirmação e pergunta – relacionam-se com um conjunto de respostas desejadas e possíveis, porquanto cada uma destas funções discursivas, entendida como iniciação de uma troca, requer/espera uma resposta, preferencialmente de um tipo, mas para a qual existe uma alternativa de resposta disponível. Quando olhamos com atenção para as afirmações e as perguntas e para as respostas a que dão azo, verificamos que em muitas línguas naturais elas são tipicamente expressas por meio de um tipo de variação gramatical particular que se estende por apenas uma das partes da oração, sem afectar a restante; vejam-se as respostas "Sim", "Comeu", "Não, não comeu", "Vai comer", etc., para a pergunta "O João comeu o bolo?". O que temos nestes casos é a componente que

congrega em si o argumento da oração a ser movimentada, refeita, reestruturada em função do contexto, deixando de lado o resto da oração, no caso "o bolo", que é pressuposto enquanto o discurso dele precisar. À componente da oração que é afectada na interacção verbal, a LSF chama Modo verbal, à componente que é pressuposta e, portanto, mantida elidida, chama Resíduo.

O Modo verbal tem uma função semântica claramente definida: congrega em si o peso da oração como evento interactivo, como troca. Se, no evento discursivo, nenhuma acção for efectuada para mudá-lo, ele permanece constante. Dependendo das línguas, o Modo verbal pode ser constituído, obrigatoriamente, por duas ou mais partes, isto é, por dois ou mais elementos funcionais. Em inglês, ele é constituído pelo elemento Sujeito, que é um grupo nominal, e pelo elemento Finito, que é parte de um grupo verbal; em português, ele é constituído pelo Sujeito e pelo Predicador[21]. A presença do Finito/Predicador e do Sujeito é motivada semanticamente, mas a contribuição que ambos trazem para a oração é diferente, considerando que o Sujeito especifica a entidade por referência à qual a proposição, por exemplo, pode ser afirmada ou negada, e o Finito (ou Predicador, dependendo das línguas) tem o papel de tornar a proposição finita, isto é, de circunscrevê-la, ancorando-a, dando-lhe um ponto de referência relativamente ao aqui-agora. Para além destes elementos funcionais, o Modo verbal pode ainda contar, opcionalmente, com elementos com a função de Adjunto modal, que adicionam à oração significados relacionados com o julgamento do falante ou com o aspecto positivo/negativo do Finito.

Embora muito do trabalho interactivo da oração seja desempenhado pelas funções Sujeito e Finito/Predicador, ou seja, pelo Modo verbal, algo mais ocorre nas orações, o Resíduo, ambos concorrendo para a caracterização do chamado Modo oracional. O Modo oracional é, portanto, a conjugação das funções Modo verbal e Resíduo, sendo que este, como o Modo verbal, é também constituído por diferentes elementos funcionais, de dois ou três tipos distintos, consoante as línguas. Em inglês, o Resíduo congrega um elemento Predicador (obrigatório), um ou dois elementos com a função de Complemento (opcionais) e um ou mais elementos com a função de Adjunto circunstancial (opcionais); em português, congrega apenas os elementos com função de Complemento e de Adjunto. O Predicador em inglês é expresso pelo resto do grupo verbal, excluído que esteja o Finito; em português, é

expresso pela totalidade do grupo verbal. Numa oração apenas pode existir um Predicador, tal como só pode existir um processo, quando encarada esta do ponto de vista do sistema da transitividade. Uma vez que em inglês o Finito não faz parte do Predicador, o Predicador é ele próprio não-finito, o que pode ser visto claramente em orações que têm um Predicador, mas não têm Finito, as chamadas, por isso mesmo, orações não-finitas, que, normalmente, não têm também Sujeito.

Para além de expressar o processo, a acção, o estado, o acontecimento, em que está envolvido o Sujeito, o Predicador pode ainda desempenhar outras funções. Em inglês especifica, por exemplo, tempo secundário, i. e., referência temporal para além da ligação ao tempo da ocorrência do discurso, sendo que esta é marcada pelo Finito; em português, congrega também em si marcas de finitude, pelo que marca também tempo primário. O Predicador pode ainda especificar voz, activa ou passiva, e valores aspectuais do processo.

A oração pode incluir um ou dois elementos de Complemento. O termo inclui tanto o objecto como o complemento, em termos tradicionais. Um Complemento é um elemento do Resíduo tipicamente realizado por um grupo nominal, que poderia ter sido escolhido como Sujeito, mas não foi. Há, todavia, uma excepção à capacidade de o Complemento poder ser Sujeito. Trata-se do participante Atributo, que, do ponto de vista da transitividade (perspectiva ideacional, experiencial), é um dos participantes dos processos relacionais atributivos. Nesses casos, embora as posições estruturais de Complemento (atributivo) e de Sujeito possam ser reversíveis, o Sujeito permanece Sujeito: “Simpático é o João”.

A oração pode ainda conter no Resíduo um ou mais Adjuntos circunstanciais. O papel de Adjunto circunstancial é tipicamente realizado por um grupo adverbial ou por um grupo preposicional. Os Adjuntos, em geral, e os circunstanciais, em particular, não podem ser escolhidos como Sujeito, como acontece com os Complementos. Os Adjuntos Circunstanciais dão-nos informação relativa ao quando, ao como, ao onde e ao porquê do evento representado. São, portanto, Adjuntos com uma função ideacional, experiencial, ao passo que os Adjuntos Modais (quer na sua dimensão de Adjuntos de modo verbal, quer na de Adjuntos de comentário) têm sobretudo uma função ou significado interpessoal.

A unidade principal de processamento da gramática, a oração, que tenho vindo a caracterizar, primeiro, como representação, depois,

como troca, pode ainda, como já enunciado, ser caracterizada como mensagem, isto é, como uma unidade funcional de valor textual, exactamente como a oração-enquanto-representação é uma unidade funcional de valor experiencial e a oração-enquanto-troca é uma unidade funcional de valor interpessoal. Na sua funcionalidade como mensagem, isto é, enquanto unidade de valor textual, a oração é o resultado da configuração de dois elementos funcionais: o Tema e o Rema.

De uma forma geral, e em línguas como o inglês e o português, o Tema pode ser identificado como o elemento que surge em primeiro lugar na mensagem. Todavia, não é este o modo como o Tema é definido. A definição é funcional, tal como acontece com todos os elementos na interpretação da estrutura gramatical, pelo que a definição será mais correcta se se considerar o Tema como um elemento numa configuração estrutural particular, que, tomado como um todo, organiza a oração como mensagem, isto é, como a configuração Tema + Rema. Por outras palavras, uma mensagem consiste, como havia já sido afirmado, num Tema combinado com um Rema. Em tal configuração, o Tema é o ponto de partida para a mensagem; é aquilo sobre o que a mensagem vai ser. Uma outra forma de olharmos para a definição de Tema consiste em considerá-lo como o primeiro elemento ideacional de uma oração. Equivale isto a dizer que o Tema é, do ponto de vista da transitividade, o primeiro elemento funcional que desempenha ou o papel de participante, ou o de processo ou o de circunstância numa configuração da oração como representação, isto é, numa configuração da oração como conjugação de significados ideacionais/ experienciais. O Tema tem, portanto, de ter um valor ideacional e só após estar identificado esse elemento ideacional é que podemos dizer que o Tema está identificado.

Parte do significado de qualquer oração está na escolha do elemento que funciona como Tema. Repare-se na diferença de significado que existe entre as duas orações seguintes:

> O João comeu o bolo. (Tema: "O João" – "Vou falar-te do João").
> O bolo foi comido pelo João. (Tema: "O bolo" – "Vou falar-te do bolo").

A diferença entre as duas orações pode ser caracterizada como temática, pois elas variam na sua escolha de Tema. Parafraseando-as com a oração "Vou falar-te de..." torna-se mais fácil perceber que são

de facto duas mensagens diferentes. Recapitulando: a primeira posição na oração não é o que define o Tema; essa posição é apenas o meio por intermédio do qual a função de Tema é realizada, na gramática da língua inglesa e também na da língua portuguesa. Daqui decorre naturalmente, tratando-se de duas línguas de estrutura SVO (isto é, em que as orações declarativas seguem a estrutura sintagmática Sujeito + Verbo + Objecto), que, em inglês e português, o Sujeito é normalmente a escolha natural para Tema; ou seja, as funções de Sujeito e de Tema são frequentemente realizadas pela mesma unidade linguística, como acontece, por exemplo, em "O João comeu o bolo", em que "O João" é simultaneamente Sujeito e Tema.

Quando existe uma correspondência entre Sujeito e Tema, e uma vez que é natural e provável que ela ocorra, diz-se que o Tema é não-marcado. Mas, como tantas vezes acontece com tudo o que é natural e provável, essa correspondência nem sempre acontece. Ou seja, algumas orações são suficientemente fora do comum para chamarem a atenção sobre si próprias, ocorrendo quando razões contextuais se sobrepõem à escolha não-marcada do Sujeito como Tema. Nessas circunstâncias, e porque foi escolhida uma outra unidade, que não a mesma que funciona como Sujeito, para funcionar como Tema, diz-se que o Tema é marcado, como acontece em "Vida de cão tenho eu, não o meu cão", por oposição a "Eu tenho vida de cão, não o meu cão".

Tudo o que acabou de ser dito sobre o Tema, nomeadamente o que diz respeito à diferença entre Temas marcados e Temas não-marcados, diz apenas respeito a um tipo de oração, as chamadas orações declarativas. Como se disse, em inglês e português (e tantas outras línguas), o Sujeito é normalmente a escolha natural para Tema, ou seja, as funções de Sujeito e de Tema são frequentemente realizadas pela mesma unidade linguística. Todavia, esta asserção não é verdadeira para todos os tipos de orações. Efectivamente, apenas nas orações declarativas existe uma correspondência natural (logo, não-marcada) entre o Sujeito e o Tema. Daí que a distinção entre o que é um Tema marcado e e o que é um Tema não-marcado varie consoante os diversos tipos de oração.

Do exposto, duas conclusões são pertinentes e de imediato registáveis: i) quantas mais ocorrências de Temas marcados tiver um texto, mais diferente é esse texto relativamente à regularidade observável na generalidade dos outros textos; ii) a identificação dos elementos que

desempenham a função Tema num texto ajuda-nos, por um lado, a configurar o padrão de progressão temática desse texto e, por outro, a identificar o assunto de que trata o texto, o tema que nele é desenvolvido.

4. Coda

Como abundantemente referido ao longo da terceira parte desta exposição, a oração, a unidade principal de processamento da gramática, é caracterizada por ser, simultaneamente, uma representação, uma troca e uma mensagem. Em qualquer das suas funcionalidades, como também terá ficado claro desta mesma exposição, nela se jogam significados de valor experiencial, de valor interpessoal e de valor textual. O que talvez não tenha ficado claro é que apenas por questões metodológicas de descrição podem estas três componentes de significado ser separadas e descritas, à vez, como foram aqui. Enquanto conjugação de escolhas de três sistemas, a oração não é nunca o resultado individual de realização de apenas um desses sistemas, mas exactamente a conjugação dos três a partir da sua realização sistémica numa unidade integrada: a oração.

Para terminar, a exposição aqui desenvolvida, necessariamente breve e simplificada em muitos aspectos que de simples nada têm, pretendeu apenas dar conta da filosofia subjacente ao modelo da LSF, mas não estaria concluída sem uma sistematização final que desse conta da relação da metalinguagem própria da LSF com os diferentes níveis de estratificação ou níveis de análise relativamente aos quais é usada. Nesse sentido, e para que, por um lado, a potencialidade se cumpra, e, por outro, porque o reconhecimento da relação entre metalinguagem e estratificação se percebe talvez melhor na sua dimensão visual do que na verbal, optei por uma escolha que reproduzo no quadro 3, a partir das opções de quadros de estrutura semelhante existentes na literatura (veja BUTT, FAHEY, FEEZ, SPINKS & YALLOP, 2000, p. 279).

<table>
<tr><th colspan="2">TIPO/ NÍVEL DE ANÁLISE</th><th colspan="5">METALINGUAGEM</th></tr>
<tr><td rowspan="2">contexto</td><td>género</td><td colspan="5">potencial de estrutura genológica, etapas, ojectivos/ tipos</td></tr>
<tr><td>registo</td><td colspan="5">campo, relações e modo discursivo; contexto</td></tr>
<tr><td rowspan="2">experiencial</td><td rowspan="2">transitividade</td><td colspan="2">Processos</td><td colspan="2">Participantes</td><td>Circunstâncias</td></tr>
<tr><td colspan="2">material, mental, relacional, comportamental, verbal, existencial</td><td colspan="2">Actor, Meta, Extensão, Beneficiário, Experienciador, Fenómeno, Portador, Atributo, Valor, Característica, Comportante, Dizente, Verbiagem, Receptor, Existente, etc.</td><td>Extensão (temporal, espacial), Localização (temporal, espacial), Modo, Causa, Contingência, Acompanhamento, Papel, Matéria, Ângulo</td></tr>
<tr><td>lógica</td><td>taxis</td><td colspan="5">relações entre orações num complexo oracional
relações entre grupos num complexo de grupos</td></tr>
<tr><td></td><td>modo oracional e</td><td colspan="3">Modo verbal</td><td colspan="2">Resíduo</td></tr>
<tr><td rowspan="2">interpessoal</td><td>funções discursivas</td><td>Suj.</td><td>Adj. Modais</td><td>Predicador</td><td>Complemento(s)</td><td>Adj. Circunstanciais</td></tr>
<tr><td>avaliatividade</td><td colspan="5">Motivos de atitude (julgamento), engajamento e gradação</td></tr>
<tr><td rowspan="3">textual</td><td rowspan="2">tematização</td><td colspan="4">Tema</td><td rowspan="2">Rema</td></tr>
<tr><td colspan="2">tópico/ ideacional</td><td>interpessoal</td><td>textual</td></tr>
<tr><td>coesão</td><td colspan="5">ligações entre complexos oracionais e elos entre unidades do texto</td></tr>
</table>

Quadro 3 – Metalinguagem por estrato/ nível de organização

Embora não exaustivo, como também não foi exaustiva esta apresentação de pressupostos teórico-metodológicos, o quadro que ora apresentei engloba ainda assim aspectos não tratados ao longo desta breve introdução, que ficam registados para dar conta da complexidade e exaustividade das matérias tratadas no quadro teórico da Linguística Sistémico-Funcional, e fundamentalmente, para aguçar o apetite do leitor interessado em saber mais.

Recebido em 10/03/09

Aprovado em 13/04/09

ABSTRACT

The purpose of the text is to introduce the reader to the theoretical framework of systemic functional linguistics, by systematizing some of the key concepts and milestones in the development of this theory of grammatical description. After introducing some general aspects related to the nature of language and its the role in human life, the text explores the notion of language function and the way it contributes to the building up of the theory. The text continues with the description of the relationship between language and the linguistic system, claiming the importance of language use in any linguistic description and foregrounding text both as a unit of use and as a unit of description, that is, as an instantiation of the system and the sole means of shedding light to it in terms of descriptive knowledge. The text proceeds with the description of the relationship between text and context, putting forward the concepts of register and genre, and then describes the network of lexicogrammatical choices realizing the meaning potential of language. The text ends with a short systematization of the types/levels of analysis and the metalanguage used.

KEY-WORDS: functions of language, system, text, instantiation, lexicogrammar

REFERÊNCIAS

BARBARA, L. & GOUVEIA, C.A.M. It is not there, but [it] is cohesive: the case of pronominal ellipsis of subject in Portuguese. In: BANKS, D. (ed.): *Text and texture:* systemic functional viewpoints on the nature and structure of text. Paris: L´Harmattan, 2004. p. 159-172.

BLOOR, T. & BLOOR, M.. *The functional analysis of English:* an Hallidayan approach. London: Arnold, 1995.

BUTT, D.; FAHEY, R.; FEEZ, S.; SPINKS, S. & YALLOP, C.. *Using functional grammar*: an explorer's guide. 2a. ed. Sidney: National Centre for English Teaching and Research, Macquarie University, 2000.

CAFFAREL, A. Approaching the French Clause as a move in dialogue: interpersonal organization. In: HASAN, R. & FRIES, P. (eds.): *On subject and theme:* a discourse functional perspective. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 1-49.

CAFFAREL, A. Metafunctional profile of the grammar of French. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J.R. & MATTHIESSEN, C.M.I.M. (eds.): *Language typology:* a functional perspective. Amsterdam/Philadelphia: Benjamin, 2004. p. 77-137.

CAFFAREL, A. *A systemic functional grammar of French*: from grammar to discourse. London: Continuum, 2006.

DOWNING, A. & LOCKE, P. *A university course in English grammar*. London: Prentice Hall, 1992.

EGGINS, S. & MARTIN, J.R.. Genres and registers of discourse. In: VAN DIJK, T. A. (ed.): *Discourse studies*: a multidisciplinary introduction. *v. 1: Discourse as structure and process*. London: Sage Publications, 1997. p. 230-256.

FIRTH, J. R. Context of situation. In: FIRTH, J. R.: *The tongues of men & speech*. Oxford: Oxford University Press, 1937 [1966]. p. 110-114.

GOUVEIA, C. A. M. Towards a profile of the interpersonal organization of the Portuguese clause. *Delta – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. (no prelo).

GOUVEIA, C. A. M. & BARBARA, L. Marked or unmarked that is NOT the question, the question is: Where's the theme?. In: HEBERLE, V. & MEURER, J.L. (eds.): *Systemic functional linguistics in action. Ilha do Desterro: A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies*, 46, 2004. p. 155-177. Trad. Brasileira: “Marcado ou não-marcado não é a questão, a questão é: onde está o Tema? In: MOTTA-ROTH, D; DE BARROS, N.C.A. & RICHTER, E.M.G. (eds.): *Linguagem, Cultura e Sociedade*. Santa Maria, Brazil: Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

HALLIDAY, M. A. K. Language structure and language function. In: LYONS, J. (ed.): *New horizons in linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1970. p. 140-164.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic:* the social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2ª ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 3ª ed. revisada por C. M. I. M. Matthiessen. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R.. Retrospective on SFL and Literacy. In: WHITTAKER, R.; O'DONNELL, M. & MCCABE, A. (eds.) *Language and Literacy: functional approaches*. London: Continuum, 2006. p.15-44.

MARTIN, J. R. & ROTHERY, J.. Grammar: making meaning in writing. In: COPE, B. & KALANTZIS, M. (eds.) *The powers of literacy:* a genre approach to teaching writing. London: The Falmer Press, 1993. p. 137-153.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale.* Paris: Payot, 1916. Trad. Portuguesa: *Curso de linguística geral.* Lisboa: Publicações Dom Quixote. 4ª ed., 1978.

SEARLE, J. R. Chomsky´s revolution in linguistics. *New York Review of Books*, 18 (12), 29 de Junho, 1972.

SMITH, N. & WILSON, D. *Modern linguistics:* the results of Chomsky's revolution. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.

THOMPSON, G. *Introducing functional grammar.* London: Arnold, 1996.

NOTAS

[1] Este artigo beneficiou da revisão e dos comentários de Carlos Ferreira Fernandes, Mário Martins e Mafalda Mendes, produzidos após a leitura da primeira versão do mesmo. Aos três os meus agradecimentos. Agradecimentos são também devidos aos Editores-Executivos da revista, José Carlos Azeredo e Anna Elizabeth Balocco, pelo amável convite que me dirigiram, desafiando-me a escrever o artigo.

[2] Esta e outras traduções de citações originais inglesas que ao longo do texto vão ocorrendo são da minha responsabilidade. As citações originais podem ser encontradas em nota de rodapé associada à tradução usada no corpo do texto, como acontece neste caso: "Why is language as it is? The nature of language is closely related to the demands that we make on it, the functions it has to serve. In the most concrete terms, these functions are specific to a culture; the use of language to organize fishing expeditions in the Trobriand Islands, described half a century ago by Malinowski, has no parallel in our own society. But underlying such specific instances of language use, are more general functions which are common to all cultures. We do not all go on fishing expeditions; however, we all use language as a means of organizing other people, and directing their behaviour."

[3] No original: "(...) the entire architecture of language is arranged along functional lines. Language is as it is because of the functions in which it has evolved in the human species. The term 'metafunction' was adopted to suggest that function was an integral component with the overall theory."

[4] No original: "Every text – that is, everything that is said or written – unfolds in some context of use; furthermore, it is the uses of language that, over tens of thousand of generations, have shaped the system. Language has evolved to satisfy human needs; and the way it is organized is functional with respect to those needs (...)."

[5] No original: "Functional grammar is a way of looking at grammar in terms of how grammar is used. In the field of linguistics, the main alternative to functional grammar is formal grammar, which is concerned with the ways in which our genes constrain the shape of our grammars, and thus constrain what we can and cannot say. Functional grammar is not genetically oriented to our neurophysiology in this way. Rather, it focuses on the development of grammatical systems as a means for people to interact with each other – functional grammar sees grammar as shaped by, and as playing a significant role in shaping, the way we get on with our lives. Its orientation is social, in other words, rather than biological."

[6] No original: "The text is the linguistic form of social interaction. It is a continuous progression of meanings, combining both simultaneously and in succession. The meanings are the selections made by the speaker from the options that constitute the meaning potential; text is the actualisation of this meaning potential, the process of semantic choice."

[7] No quadro teórico da LSF, a gramática não é separável do vocabulário, porquanto são encarados como dois extremos de um mesmo e único contínuo. Daí que o uso da palavra lexicogramática seja preferível precisamente porque dá conta da inseparabilidade entre uma coisa e outra. Embora se use a palavra gramática, como no título deste artigo, deverá sempre ser tido em conta que por gramática se entende lexicogramática.

[8] No original: "(...) Firth took seriously the Saussurean project of language as having both a syntagmatic and a paradigmatic organization. I inherited that notion from Firth."

[9] No original: "Structure is the syntagmatic ordering in language: patterns, or regularities, in what *goes together with* what. System, by contrast, is ordering on the other axis: patterns in what *could go instead of* what. This is the paradigmatic ordering in language (...). Any set of alternatives, together with its condition of entry, constitutes a system in this technical sense."

[10] No original: "How do we try to understand language in use? By looking at what the speaker says against the background of what he might have said but did not, as an actual in the environment of a potential. Hence the environment is defined paradigmatically: using language means making choices in the environment of other choices."

[11] Note-se que a caracterização tradicional em linguística, por exemplo, da sintaxe e da morfologia como estratos diferentes é devedora da visão eurocêntrica das línguas, imposta pelos estudos do indo-europeu e da filologia comparada, que assumiram que as característica de algumas línguas eram características de todas as línguas. Basta pensar na generalidade das línguas bantas, e de que o

suaíli e o nhungue são dois exemplo possíveis, para verificarmos que a separação destes dois estratos é problemática nessas línguas.

[12] Esta é a data, 1957, de publicação de *Syntactic Structures*, a obra de Chomsky que é normalmente tida como a marca da chamada revolução na linguística, ou revolução chomskyiana, no sentido em que é esta obra que lança os fundamentos da Gramática Transformacional e do inatismo da linguagem, assim determinando grande parte do desenvolvimento da linguística na segunda metade do século XX (vd. Searle, 1972; Smith & Wilson, 1972). Nada voltou a ser como dantes após esta data e ser-se capaz de erigir e aprofundar uma teoria de descrição gramatical que sempre esteve nos antípodas da Gramática Transformacional (tanto na sua versão inicial como nas suas versões sucessivas), é no mínimo um acto de resistência, persistência e militância da parte de Halliday e dos seus seguidores.

[13] No original: "Even within the language system itself what is said by one man in a conversation apprehends what the other man has said before and will say afterwards. (...) the conversation of social groups called together by the routine life of the community is very narrowly determined by social conditions and the culture of the groups."

[14] No original: "The people, the relevant furniture, bottles and glasses, the 'set', the specific behaviour of the companions, and the words are all component terms in what may be called the context of situation. Meaning is best regarded in this way as a complex of relations of various kinds between the component terms of a context of situation. //Such a situation is a 'patterned process conceived as a complex activity with internal relations between its various factors'".

[15] No original: "The terms *register* (context of situation) and *genre* (context of culture) identify the two major layers of context which have an impact on text, and are therefore the two main dimensions of variation between texts. Within the approach outlined here, register and genre variation are two realizational planes in a social semiotic view of text. This view is inherently dialogic and interactive: text is both the realization of types of context, and the enactment of what matters to cultural members in situations."

[16] No original: "In systemic functional linguistics the organisation of context correlates with the organization of grammar. This means that there is a strong association between the register variable field and ideational meaning, between tenor and interpersonal meaning and between mode and textual meaning."

[17] No original: "(...) linguists define genres functionally in terms of their social purpose. Thus, different genres are different ways of using language to achieve

different culturally established tasks, and texts of different genres are texts which are achieving different purposes in the culture. Thus, the major linguistic reflex of differences in purpose is the staging structure by which a text unfolds. Genre theory suggests that texts which are doing different jobs in the culture will unfold in different ways, working through different stages or steps."

[18] A caracterização que aqui se efectua dos subsistemas da lexicogramática, ainda que sumária, segue muito de perto as formulações de Bloor & Bloor (1995), Downing & Locke (1992), Halliday (1994), Martin, Matthiessen & Painter (1997) e Thompson (1996). Para caracterizações mais aprofundadas destes e de outros subsistemas, vejam-se as mesmas obras e as suas edições mais recentes e ainda Gouveia & Barbara (2004), Barbara & Gouveia (2004), Gouveia (no prelo, 2009).

[19] A projecção é um dos dois tipos de relações lógico-semânticas que se podem estabelecer entre orações que formam um complexo de orações (complexo oracional); a outra é a expansão. Juntamente com as relações interdependenciais de parataxe e hipotaxe formam o conjunto de escolhas no sistema de taxis, de que o falante dispõe enquanto potencial, do ponto de vista da subcomponente lógica da gramática.

[20] Esta distinção entre proposições e propostas é de suma importância para a caracterização do sistema da modalidade, um outro subsistema dentro da componente interpessoal da gramática. A Modalidade é a tradução do julgamento/opinião das probabilidades, ou das obrigações, que envolvem o que se está a dizer. Por exemplo, uma proposição (afirmação ou pergunta) pode ser refutável, por ser apresentada como possível ou impossível, desejável ou indesejável, i. e., por ter a sua relevância especificada em termos modais. Existem quatro tipos de Modalidade: probabilidade, habitualidade, obrigação e inclinação. A probabilidade e a habitualidade (frequência) estão associadas à troca de proposições e agrupam-se sob a designação de modalização; a obrigação e a inclinação estão associadas à troca de propostas (ofertas e ordens) e agrupam-se sob a designação de modulação.

[21] Para uma caracterização do perfil interpessoal do português e das diferenças entre o português e o inglês, veja-se Gouveia (2009). Para uma caracterização do perfil interpessoal do francês, língua com a qual o português partilha bastantes traços tipológicos a este nível, veja-se Caffarel (1995; 2004; 2006).